

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	59
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.969.218	2.871.877
1.01	Ativo Circulante	416.243	377.816
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	134.114	56.760
1.01.02	Aplicações Financeiras	245.713	278.769
1.01.03	Contas a Receber	30.714	36.447
1.01.03.01	Clientes	30.714	36.447
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.858	3.323
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.858	3.323
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.333	2.377
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	511	140
1.02	Ativo Não Circulante	2.552.975	2.494.061
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	192.734	193.461
1.02.01.03	Contas a Receber	3.057	1.601
1.02.01.06	Tributos Diferidos	189.677	191.860
1.02.03	Imobilizado	2.739	1.799
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.739	1.799
1.02.04	Intangível	2.357.502	2.298.801
1.02.04.01	Intangíveis	2.357.502	2.298.801
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.190.846	1.198.037
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.166.656	1.100.764

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.969.218	2.871.877
2.01	Passivo Circulante	276.101	189.967
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.579	8.530
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.193	1.376
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.386	7.154
2.01.02	Fornecedores	40.992	19.866
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.992	19.866
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.696	5.058
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.100	2.535
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.596	2.523
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	212.400	153.005
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	129.078	55.873
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	129.078	55.873
2.01.04.02	Debêntures	83.322	97.132
2.01.05	Outras Obrigações	8.434	3.508
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.697	2.631
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	7.697	2.631
2.01.05.02	Outros	737	877
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	674	760
2.01.05.02.05	Outros passivos	63	117
2.02	Passivo Não Circulante	1.932.779	1.925.806
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.632.358	1.632.597
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	337.162	346.175
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	337.162	346.175
2.02.01.02	Debêntures	1.295.196	1.286.422
2.02.02	Outras Obrigações	297.110	290.110
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	297.110	290.110
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	297.110	290.110
2.02.04	Provisões	3.311	3.099
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	485	485
2.02.04.02	Outras Provisões	2.826	2.614
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	2.826	2.614
2.03	Patrimônio Líquido	760.338	756.104
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	3.317	3.317
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.234	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.985	133.749
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-104.509	-49.223
3.03	Resultado Bruto	91.476	84.526
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.234	-6.509
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.674	-6.493
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.978	-5.860
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-696	-633
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-560	-16
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.242	78.017
3.06	Resultado Financeiro	-77.825	-65.561
3.06.01	Receitas Financeiras	7.569	3.280
3.06.02	Despesas Financeiras	-85.394	-68.841
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.417	12.456
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.183	-4.221
3.08.02	Diferido	-2.183	-4.221
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.234	8.235
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.234	8.235
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Lucro líquido nos trimestres apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.564	23.571
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.517	88.937
6.01.01.01	Prejuízo do período antes do IR e CS	6.417	12.456
6.01.01.02	Depreciação e amortização	12.359	8.524
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	140	126
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	76.716	68.038
6.01.01.05	Margem de Construção - infraestrutura	-722	-221
6.01.01.06	Provisão para contingências	0	-12
6.01.01.07	Perda na baixa do Intangível	1.607	26
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	26.113	1.202
6.01.02.02	Contas a Receber	5.733	-264
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-649	-770
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	1.044	1.145
6.01.02.05	Outros Ativos	-1.828	660
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	1.049	391
6.01.02.07	Fornecedores	21.126	130
6.01.02.09	Tributos a Pagar	-362	-90
6.01.03	Outros	-71.066	-66.568
6.01.03.01	Juros Pagos - BNDES	-5.941	-5.684
6.01.03.02	Juros Pagos - Debêntures	-65.125	-60.884
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.296	-21.823
6.02.01	Adições ao intangível	-71.575	-21.792
6.02.02	Aquisições de imobilizado	-1.310	-31
6.02.03	Aplicações Financeiras	40.589	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	58.086	27.642
6.03.01	Captação de empréstimos	70.000	35.000
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-11.914	-7.358
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.354	29.390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.760	204.500
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	134.114	233.890

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.234	0	4.234
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.234	0	4.234
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	3.317	4.234	0	760.338

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.235	0	8.235
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.235	0	8.235
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	0	-47.840	0	704.947

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	207.741	144.357
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-87.076	-37.459
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.076	-37.459
7.03	Valor Adicionado Bruto	120.665	106.898
7.04	Retenções	-12.359	-8.524
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.359	-8.524
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	108.306	98.374
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.009	3.292
7.06.02	Receitas Financeiras	7.569	3.280
7.06.03	Outros	-560	12
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	115.315	101.666
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	115.315	101.666
7.08.01	Pessoal	8.425	6.560
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.569	4.867
7.08.01.02	Benefícios	1.458	1.366
7.08.01.03	F.G.T.S.	398	327
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.127	15.811
7.08.02.01	Federais	8.301	9.641
7.08.02.02	Estaduais	56	62
7.08.02.03	Municipais	6.770	6.108
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.529	71.060
7.08.03.01	Juros	85.394	68.841
7.08.03.02	Aluguéis	1.749	2.219
7.08.03.03	Outras	386	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.234	8.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.234	8.235



Itatiba, 14 de maio de 2014 – A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) divulga hoje seus resultados referente ao primeiro trimestre de 2014 (**1T14**).

1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I (“Corredor”), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Concessionária é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os trechos das rodovias administradas pela Companhia estão localizados na interligação entre a região da cidade de Campinas e o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, que abrangem 17 municípios. As rodovias sob concessão são quase totalmente interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais, sendo que a interligação completa deverá ser alcançada nos próximos anos com a conclusão das obras da via perimetral de Itatiba.



O transporte de cargas no Brasil é predominantemente rodoviário e a região do Corredor Dom Pedro I se caracteriza pelo privilégio da multipluralidade de indústrias e seus diversos polos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens. A área de influência da região do Corredor abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana de Campinas, o Vale do Paraíba, Norte do Rio de Janeiro e o Sul de Minas.

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

2. Sumário Executivo

A economia mundial neste **1T14** continuou dando sinais de melhora, porém de forma cadenciada, com números positivos na China, devendo manter o crescimento por meio de minipacotes de estímulos do governo. Já os Estados Unidos continuam crescendo de forma moderada, apesar de ter passado por um recente inverno severo, aparentemente afetando os investimentos e as exportações.

A economia no Brasil segue em ritmo moderado. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o setor industrial nacional apresentou variação positiva de 0,4% no **1T14** em relação ao **1T13**. Na série sem ajuste sazonal, na comparação com igual mês do ano anterior, o total da indústria apontou queda de 0,9% em março de 2014, após registrar crescimento de 4,4% em fevereiro e recuo de 1,8% em janeiro último. O Banco Central aumentou a taxa de juros Selic para 11% a.a., e apesar desta alta nos juros, a inflação deve chegar a 6,5%, segundo economistas consultados na pesquisa Focus, do Banco Central.





A Companhia registrou no **1T14**, um aumento no tráfego de veículos equivalentes ("VEQ") de 10,9% em comparação ao **1T13**, refletindo uma



variação positiva de 11,1% na receita bruta de pedágio, também em comparação ao mesmo período, o que mostra o bom desempenho da Companhia, em decorrência das melhorias realizadas nas rodovias do Corredor Dom Pedro I.

No **1T14**, o EBTIDA da Companhia teve crescimento de 11,6% quando comparado ao **1T13**. Essa variação positiva deve-se principalmente, ao aumento da receita da Companhia.

Destaques 1T14

-  Crescimento de 10,9% do tráfego em VEQ y-o-y;
-  R\$ 195.985 milhões de Receita Líquida;
-  Crescimento de 8,2% no Resultado Bruto;
-  EBITDA de R\$ 96.601 milhões.

3. Desempenho Econômico Financeiro

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.



Tráfego

Tráfego			
Categoria	1T14	1T13	Var. %
Comercial	14.494	12.640	14,7%
<i>%Veic. Eq. Totais</i>	<i>60,8%</i>	<i>58,8%</i>	<i>2 p.p.</i>
Passeio	9.341	8.854	5,5%
<i>%Veic. Eq. Totais</i>	<i>39,2%</i>	<i>41,2%</i>	<i>-2 p.p.</i>
Total Veq.	23.835	21.494	10,9%

Nota: Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado, resultante do produto entre o volume de tráfego por categoria (número de eixos).

No **1T14**, o tráfego pedagiado atingiu um total de 23.385 milhões de veículos equivalentes, apresentando crescimento de 10,9% frente aos 21.494 milhões do **1T13**.

De acordo com o índice ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias), no **1T14**, no estado de São Paulo, os veículos leves cresceram 6,2% e os veículos pesados cresceram 1,2%, em comparação ao **1T13**. O crescimento de veículos leves apresentado pela Companhia ficou levemente abaixo ao crescimento do estado e que o crescimento de veículos comerciais foi expressivamente superior ao crescimento apresentado pelo Estado de São Paulo.



Receita Bruta

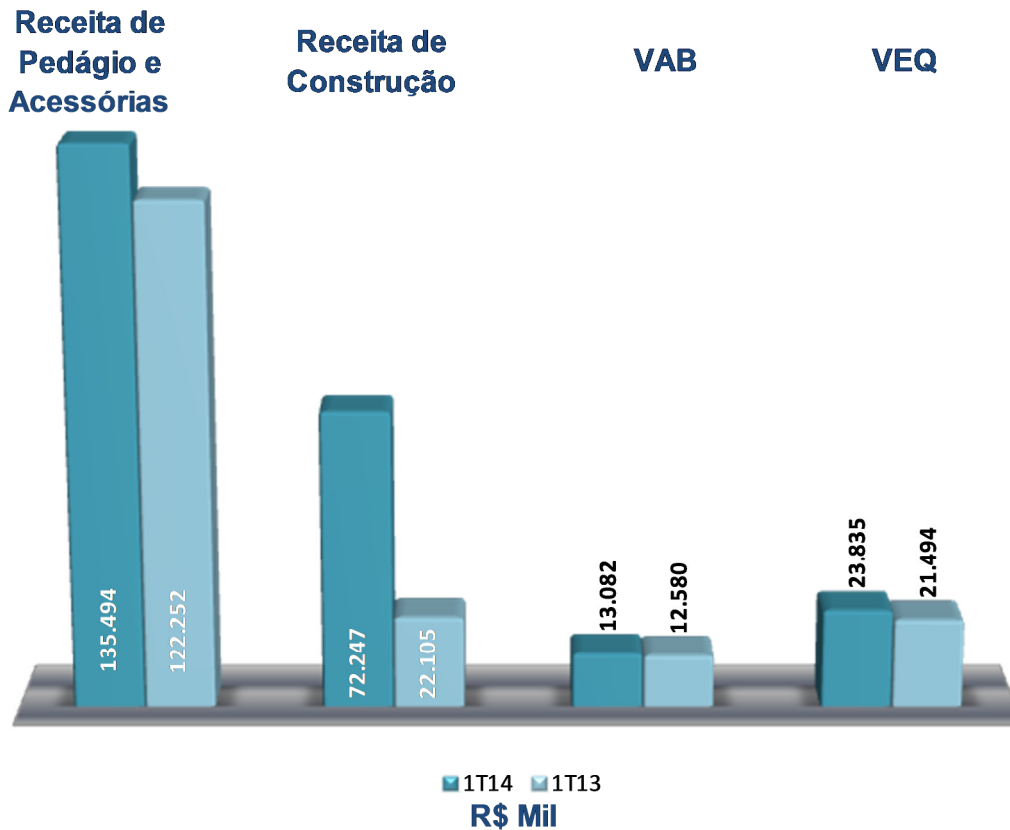
Receita Bruta		Em milhares de reais		
Descrição	1T14	1T13	Var. %	
Receita de Pedágio	134.558	121.113	11,1%	
<i>% Receita Totais</i>	<i>64,8%</i>	<i>83,9%</i>	<i>-19,1 p.p.</i>	
Receita Acessórias e Outras	936	1.139	-17,8%	
<i>% Receita Totais</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,8%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	
Receita de Construção	72.247	22.105	226,8%	
<i>% Receita Totais</i>	<i>34,8%</i>	<i>15,3%</i>	<i>19,5 p.p.</i>	
Total	207.741	144.357	43,9%	
<i>% Cobrança Eletrônica sobre Receita de Pedágio</i>	<i>66,5%</i>	<i>61,8%</i>	<i>4,7 p.p.</i>	
Receita Líquida				
Impostos e contribuições sobre serviço	(11.756)	(10.608)	10,8%	
Total	195.985	133.749	46,5%	

A **Receita Bruta** da Companhia, composta pelas Receitas de Pedágio, Receitas Acessórias e Receita de Construção, totalizou R\$ 207.741 milhões, gerando crescimento de 43,9% no **1T14** em relação ao mesmo período do ano anterior. A contribuição para este resultado foi decorrente principalmente, da Receita de Construção, que neste trimestre cresceu R\$ 50.142 milhões ante ao mesmo período do ano anterior, representando 79,1% do total da variação da receita bruta, crescimento decorrente do montante de investimentos no período.

No mesmo período as **Receitas de Pedágio** apresentaram um aumento de 11,1% quando comparado ao **1T13**. Essa variação positiva é reflexo do aumento do volume de tráfego pedagiado.



Neste **1T14**, as deduções sobre a receita bruta, decorrentes da tributação pelo regime de lucro real, totalizaram R\$ 11.756 milhões ante os R\$ 10.608 milhões do **1T13**, um crescimento de 10,8% devido ao crescimento das receitas.



Custos e Despesas

Custos Operacionais/Despesas Administrativas			
Em milhares de reais			
Descrição	1T14	1T13	Var. %
Custos Operacionais	(104.509)	(49.223)	112,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(6.674)	(6.493)	2,8%
Total	(111.183)	(55.716)	99,6%

Os custos operacionais e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como a outorga variável da concessão e os custos de construção.



Neste **1T14** os gastos consolidados da Companhia totalizaram R\$ 111.183 milhões apresentando aumento de 99,6% quando comparados ao **1T13**. O aumento citado refere-se, principalmente, aos custos de construção, proveniente do total de investimentos realizados pela Companhia.

Os Custos da Companhia totalizaram R\$ 104.509 milhões no **1T14**, uma variação positiva de 112,3% ante aos R\$ 49.223 milhões do **1T13**; representados pelos custos dos serviços prestados, custos de construção e depreciação/amortização, conforme quadro abaixo:

Custos Operacionais		Em milhares de reais	
Descrição	1T14	1T13	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	(20.625)	(18.815)	9,6%
Custos de Construção	(71.525)	(21.884)	226,8%
Depreciação/Amortização	(12.359)	(8.524)	45,0%
Total	(104.509)	(49.223)	112,3%

Neste trimestre, os Custos dos Serviços Prestados apresentaram uma variação superior de 9,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Os Custos de Construção tiveram acréscimo de 226,8%, totalizando R\$ 71.525 milhões. Ressaltamos que os Custos e Receitas de Construção refletem as novas práticas contábeis. O acréscimo nos custos de construção está relacionado aos investimentos realizados no período.

Os custos com Depreciação/Amortização tiveram um acréscimo no **1T14** de 45,0%, totalizando o montante de R\$ 12.359 milhões. Os acréscimos observados também estão atrelados ao aumento do volume de investimentos no período.

A depreciação do imobilizado é calculada considerando o tempo de vida útil de cada bem previstos na legislação vigente e a amortização do intangível é



calculada conforme orienta a Interpretação Técnica ICPC01, pela curva de tráfego sobre os investimentos realizados em infraestrutura.

As Despesas Gerais e Administrativas permaneceram praticamente em linha, apresentando uma variação mínima de 2,8% no **1T14**, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

As variações ocorridas nas rubricas de Despesas Administrativas e Custos Serviços Prestados foram basicamente em virtude do incremento no quadro de pessoal, do dissídio coletivo sobre a folha de pagamentos e dos reajustes contratuais de serviços prestados por terceiros.

EBITDA

EBITDA	Em milhares de reais		
	Descrição	1T14	1T13
Resultado Líquido do Período	4.234	8.235	-48,6%
(+/-) Imp. De Renda e Contrib. Social Diferidos	2.183	4.221	-48,3%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	77.825	65.561	18,7%
(+/-) Depreciação / Amortização	12.359	8.524	45,0%
EBITDA	96.601	86.541	11,6%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>49,3%</i>	<i>64,7%</i>	<i>-15,4 p.p.</i>

O EBITDA atingiu no **1T14**, o montante de R\$ 96.601 milhões, registrando aumento de R\$ 10.060 milhões (+11,6%) ante aos R\$ 86.541 milhões do mesmo período do exercício anterior. O reflexo deste acréscimo é devido ao crescimento do tráfego, gerando impactos positivos nas receitas.



EBITDA ajustado s/ IFRS		Em milhares de reais		
Descrição	1T14	1T13	Var. %	
EBITDA	96.601	86.541	11,6%	
Margem de Construção ¹	(722)	(221)	226,7%	
Provisão Conserva Especial ²	140	126	11,2%	
EBITDA Ajustado	96.019	86.446	11,1%	
<i>Margem EBITDA Ajustado (%)</i>	77,6%	77,4%	0,2 p.p.	

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro		Em milhares de reais		
Descrição	1T14	1T13	Var. %	
Receitas Financeiras	7.569	3.280	130,8%	
Despesas Financeiras	(85.394)	(68.841)	24,1%	
Juros sobre empréstimos e debêntures	(82.847)	(67.988)	21,9%	
IOF sobre empréstimos tomados	(775)	(307)	152,4%	
Comissões bancárias sobre emprést	(363)	(490)	-25,9%	
Outras	(1.409)	(56)	2.416,1%	
Resultado Financeiro Líquido	(77.825)	(65.561)	18,7%	

No **1T14**, o **Resultado Financeiro Líquido** da companhia atingiu o valor de R\$ 77.825 milhões negativos ante aos R\$ 65.561 milhões negativos do mesmo período de 2013, variando 18,7%.



As **Receitas Financeiras** totalizaram R\$ 7.569 milhões no **1T14**, ante aos R\$ 3.280 milhões do **1T13**. As variações positivas são decorrentes do aumento no volume de caixa da Companhia no período.

As **Despesas Financeiras** da Companhia estão principalmente impactadas pelo acréscimo nos juros sobre empréstimos e debêntures, que no **1T14** apresentaram crescimento de 24,1% em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 85.394 milhões.

Resultado Líquido

Apesar do aumento do tráfego e consecutivamente da receita líquida, as despesas financeiras impactaram negativamente o resultado líquido da Companhia, que atingiu no **1T14** R\$ 4.234 milhões frente aos R\$ 8.235 milhões do **1T13**, apresentando uma variação negativa de 48,6%.

Partes Relacionadas

Partes relacionadas	Em milhares de reais	
	1T14	Var. %
Operações de mútuo	304.779	99,99%
Fornecedores	28	0,01%
Total com Partes relacionadas	304.807	100,00%

A Companhia encerrou o **1T14** com o saldo de partes relacionadas no valor de R\$ 304.807 milhões, quase que na sua totalidade referente a operações de mútuo celebrado com sua controladora (Odebrecht Transport S.A.), subordinado às debêntures e ao financiamento do BNDES. Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.



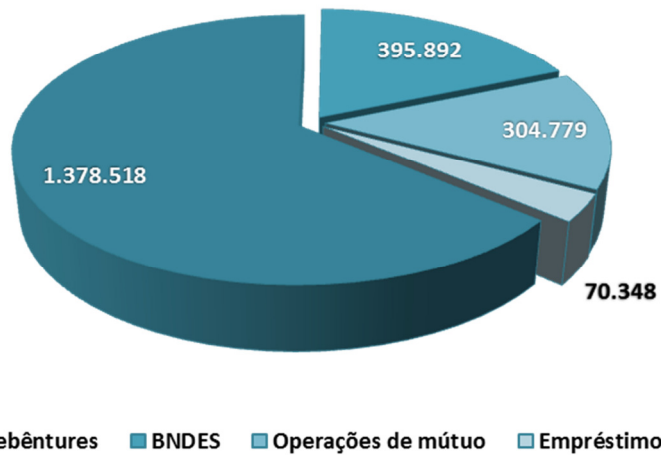
Endividamento

Endividamento/Disponibilidades saldos em:			Em milhares de reais
Descrição	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	Var. %
Dívida Bruta	2.149.537	2.078.343	3,4%
Empréstimos e Debêntures	1.844.758	1.785.602	3,3%
Operações de mútuo	304.779	292.741	4,1%
Caixa e Equivalente de Caixa	(134.114)	(56.760)	136,3%
Dívida Líquida	2.015.423	2.021.583	-0,3%

Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

O Endividamento da Companhia no **1T14** apresentou um acréscimo de 3,4% comparado ao exercício findo em 2013, totalizando R\$ 2.149.537 milhões. A variação é referente à nova contratação de empréstimo celebrada pela Companhia no valor de R\$ 70.000 milhões. Todo endividamento da Companhia é 100% denominado em moeda nacional.

Composição da Dívida Bruta			Em milhares de reais
Descrição	1T14	%	
Debêntures	1.378.518	64,1%	
BNDES	395.892	18,4%	
Operações de mútuo	304.779	14,2%	
Empréstimos	70.348	3,3%	
Total	2.149.537	100,0%	



Os recursos financeiros tomados são reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

A Companhia encerrou o **1T14** totalizando R\$ 1.227.284 milhões em Investimentos.



Investimentos - saldo em:		Em milhares de reais	
Descrição	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	Var. %
Edificações e Instalações	256.661	255.323	0,5%
Pavimentações e Conservação	377.248	367.998	2,5%
Hardware e equip. pedágio	64.195	64.109	0,1%
Demais melhorias e ampliações	265.691	215.028	23,6%
Desapropriações	101.460	101.392	0,1%
Máquinas e equipamentos	4.887	4.705	3,9%
Móveis e Utensílios	2.080	2.023	2,8%
Veículos	2.601	2.911	-10,6%
Meio Ambiente/Elementos Seg.	28.863	27.067	6,6%
Obras em Andamento	122.905	114.227	7,6%
Software	693	643	7,8%
Outros		4	
Total	1.227.284	1.155.430	6,2%

No **1T14** a Companhia realizou investimentos com o intuito de oferecer cada vez mais segurança e conforto aos usuários que circulam pelo Corredor Dom Pedro I. Abaixo seguem os principais investimentos realizados no período:

- ✓ Desapropriações e obras de duplicação na Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360);
- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065);
- ✓ Obras de recuperação e conservação nos dispositivos viários, entre eles, pontes, viadutos e passarelas;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, micro revestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como, barreiras de concreto e defensas metálicas;



- ✓ Prolongamento do anel viário na Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083).

Os recursos destinados a investimentos são provenientes da linha de crédito contratada junto ao BNDES, do contrato de mútuo referente a partes relacionadas e complementado pela geração de caixa da Companhia.

Outras Informações Contábeis

Outras Informações Contábeis	Em milhares de reais	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Patrimônio Líquido	760.338	756.104
Ativo Total	2.969.218	2.871.877
Resultado Líquido	4.234	59.392
Número de Ações Integralizadas	556.799	556.799
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	1,37	1,36
Resultado Líquido por lote de mil ações (R\$)	0,01	0,11

A Companhia encerrou o **1T14** com capital social subscrito representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por lote de mil ações, sendo sua totalidade pertencente à OTP.

4. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia realizou aproximadamente vinte mil atendimentos no **1T14**. Os atendimentos estão abaixo relacionados:

- ✓ 59,9% de serviços de inspeção;



- ✓ 24,3% de serviços de guinchos;
- ✓ 11,0% de serviços mecânicos;
- ✓ 4,0% de serviços pré-hospitalares e;
- ✓ 0,8% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht — TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

A seguir, informações referentes ao **1T14** e **1T13**:

Gestão de Pessoas		
Descrição	1T14	1T13
Número de Funcionários		
Diretos	636	558
Indiretos	947	803
Valores Investidos (R\$ Mil)		
Treinamento	78	18
Previdência	47	48



Menor Aprendiz

A Concessionária, em parceria com a Instituição C.I.E.E. (Centro de Integração Empresa Escola) por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

5. Governança Corporativa

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Concessionária, alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.



Auditoria e Demonstrações Financeiras

Em 26 de março de 2014 a Companhia realizou a contratação de seu auditor independente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis contidas nas Demonstrações Financeiras (“DFP”).

Não houve, neste período, a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não sejam os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação. A contratação de empresa de auditoria independente é também submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia.

Conduta e Código de Ética

Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo e, conseqüentemente, todos os seus integrantes.

Transparência e Gestão

Existência de web site da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da Companhia.

Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio.

Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.



6. Sustentabilidade

Responsabilidade Socioambiental

No **1T14**, além das campanhas permanentes já divulgadas pela Companhia, tais como: Por Cima do Risco, Parada Legal de Carros, Caminhões e Motos, Caia na Rede, Programa Rota Saudável, Party e Rota da Educação, iniciaram-se as novas campanhas:

Turismo do saber

Turismo do saber é um projeto social desenvolvido pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e apoiado pela ARTESP. A iniciativa tem como objetivo possibilitar que alunos da rede pública de ensino, com idade entre nove e onze anos, tenham a oportunidade de conhecerem outras regiões ampliando o seu conhecimento.

Em janeiro de 2014, a Companhia recebeu uma visita de um grupo com 32 alunos da cidade de Cravinhos. As crianças estavam a caminho das praias de Caraguatatuba no litoral norte, e durante esse trajeto visitaram a sede da Concessionária onde participaram de atividades lúdicas sobre educação no trânsito.

Os alunos participaram também de uma simulação de socorro com vítimas de acidente realizadas pela equipe de resgate da Concessionária. No término das atividades as crianças receberam um kit lanche, material informativo, jogo educativo com informações sobre educação de trânsito e meio ambiente.



Rota Reciclável

A Rota das Bandeiras está implantando no Corredor Dom Pedro I o projeto social “Rota Reciclável”. Os objetivos principais estão relacionados à geração de emprego e renda para as comunidades carentes envolvidas com a atividade da reciclagem, além da preservação do meio ambiente. A Cooperativa Reviver, de Itatiba, é a primeira a receber o projeto, tendo como principal ação a construção de uma usina de reciclagem modelo, em uma área de 1.146 metros quadrados cedida pela Prefeitura do município.

O projeto Rota Reciclável propõe a realização de um ciclo de capacitação que teve início em janeiro de 2014 e acontecerá em formatos distintos: visitas e atividades de campo, palestras, reuniões, oficinas e consultorias técnicas com o objetivo de potencializar o aprendizado e alcançar resultados efetivos.

O ciclo de capacitação contará com o envolvimento de parceiros apoiadores e as atividades acontecerão por meio de recursos didáticos diversos, tais como visitas de campo, jogos, imagens, filmes e técnicas criativas ao ar livre.

O projeto propõe também ações de educação ambiental voltadas à sensibilização e à mobilização da população do Município de Itatiba, com foco nas comunidades atualmente atendidas pela coleta seletiva realizada pela Prefeitura, contribuindo para o descarte e a adequada destinação dos resíduos sólidos recicláveis.

Para mobilizar e promover a prática da coleta seletiva, a estratégia de atuação foi identificar e capacitar multiplicadores. A capacitação foi realizada em quatro módulos de quatro horas cada, nos meses de fevereiro e março de 2014 e abordaram conteúdos relacionados a resíduos sólidos, coleta seletiva, reciclagem e sustentabilidade, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, padrões de produção e consumo sustentável, novas práticas de coleta seletiva e reciclagem.



O público participante foi composto por representantes da Cooperativa Reviver, líderes de associações comunitárias, estudantes, agentes de saúde e de endemias da Secretaria de Saúde, técnicos da Secretaria de Ação Social e técnicos da Secretaria do Meio Ambiente.

Meio Ambiente

A Companhia tem consciência da importância de seu papel ativo no desenvolvimento sustentável de sua malha viária. Para reforçar esse compromisso, investe fortemente na preservação e na recuperação ambiental da região. A cada intervenção para a execução de algum tipo de melhoria nas rodovias é realizado um significativo e criterioso trabalho de compensação ambiental, com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável da região. Para cada árvore nativa afetada pelas obras de ampliação das rodovias, outras 25 mudas são plantadas, como medida de compensação.

Neste trimestre a Concessionária realizou, o plantio de 1.967 mudas, alcançando um total de 79.075 mudas plantadas desde o início da concessão do Corredor Dom Pedro I, em abril de 2009. O plantio destas mudas foi realizado em três áreas distintas, contribuindo para a recomposição vegetal de áreas de relevância ambiental, bem como as áreas de preservação permanente.

Neste mesmo período houve a remoção de pouco mais de 224 toneladas de resíduos dos trechos rodoviários concessionados pela Companhia, destinados a aterro sanitário devidamente licenciado. Também foram reciclados 21,78 toneladas de materiais, entre eles:

- Placas de sinalização inutilizadas;
- Resíduos de escritório;
- 1.400 lâmpadas de mercúrio;
- 5 kg de pilhas e baterias.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

Extinta a concessão, retornarão ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações financeiras intermediárias incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de tráfego, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de março de 2014, compõem parte do saldo da rubrica de “Aplicações financeiras” (Nota 8).

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de março de 2014, compreendem as rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Contas a receber” e “Outros ativos” (Notas 7, 8 e 9).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de *hedge*.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 10).

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras intermediárias.

(f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme interpretação técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(III) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (Nota 12 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de tráfego utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando em 31 de março de 2014 – R\$ 2.826 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 2.614).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(l) Empréstimos e Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(m) Demais passivos circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(n) Reconhecimento de receita**(i) Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2014	2013	2014	2013	2014	2013
72.247	22.105	(71.525)	(21.884)	722	221

(o) Regime Tributário de Transição – RTT

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente Demonstração Financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei, bem como a regulamentação acerca de como a opção será materializada, para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 foram de R\$ 47 e R\$ 48, respectivamente.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

(q) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de março de 2014, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 5.004 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 4.099).

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foi adotada pela Companhia.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o trimestre findo em 31 de março de 2014 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o trimestre findo em 31 de março de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 10).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

(e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano (ii)</u>	<u>Entre um e dois anos (ii)</u>	<u>Entre dois e cinco anos (ii)</u>	<u>Acima de cinco anos (ii)</u>
Em 31 de março de 2014				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	41.756			
BNDES	76.187	70.346	198.844	196.033
Debêntures	164.343	185.485	614.549	2.386.330
Empréstimos	73.910			
Partes Relacionadas	20.715	22.548	74.506	774.910
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	20.745			
BNDES	76.615	69.898	201.015	208.246
Debêntures	140.288	173.182	612.440	2.440.590
Partes Relacionadas	21.569	22.319	73.750	767.055

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e da taxa de juros CDI (Certificado de Depósito Interbancário), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP, o índice de inflação IPCA e a taxa de juros CDI.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) Seleção dos cenários**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	6,0%	5,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
CDI	10,6%	12,0%										

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 24/03/2014

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA (*)	5,13%	6,41%	7,69%
CDI (**)	11,30%	14,12%	16,95%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas de TJLP e IPCA apresentada acima.

(**) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2015 das taxas de CDI apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	104.408	121.616	138.634

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	2.261.707	2.524.855	2.809.657
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	55.275	60.558	65.787
Mútuo	out/25	Alta no IPCA	592.679	704.989	831.314

(v) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros CDI, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo HSBC	jan/15	Alta no CDI	3.932	4.715	5.489

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o trimestre findo em 31 de março de 2014.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresentou valores a receber do CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("CGMP") no montante de R\$ 28.020 (31 de dezembro 2013 - R\$ 34.016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro 2013 podem ser assim sumariados:

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.844.758	1.785.602
Operações de mútuo	304.779	292.741
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(134.114)	(56.760)
Dívida líquida	<u>2.015.423</u>	<u>2.021.583</u>
Total do patrimônio líquido	<u>760.338</u>	<u>756.104</u>
Total do capital	<u>2.775.761</u>	<u>2.777.687</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>73</u>	<u>73</u>

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****5 Instrumentos financeiros por categoria**

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa			134.114	56.760
Aplicações financeiras	245.713	278.769		
Contas a receber e demais contas a receber			34.282	38.188
	<u>245.713</u>	<u>278.769</u>	<u>168.396</u>	<u>94.948</u>
			Outros passivos financeiros	
			31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			1.844.758	1.785.602
Operações de mútuo			304.779	292.741
Fornecedores e outras obrigações			44.555	23.357
			<u>2.194.092</u>	<u>2.101.700</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Avaliação de risco *	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber			
Contra partes sem classificação externa de crédito			
CGMP		28.020	34.016
Outros		2.694	2.431
Total de contas a receber		<u>30.714</u>	<u>36.447</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras			
Contra partes com classificação externa de crédito			
Banco BTG Pactual	Aaa	232.802	219.596
Banco Caixa Econômica Federal	Aaa	78.032	66.466
Banco Santander	Aaa	27.418	29.830
Banco Votorantim	Aaa	27.002	11.667
Banco do Brasil	Aaa	11.612	4.764
Banco HSBC	Aaa	2	12
Banco Bradesco	Aaa	1	2
Banco Itaú	Aaa	2	2
		<u>376.871</u>	<u>332.339</u>
Contra partes sem classificação externa de crédito			
Caixa Geral		677	534
Numerário em Trânsito		1.892	2.237
Fundo de Troco		387	419
		<u>2.956</u>	<u>3.190</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		<u>379.827</u>	<u>335.529</u>

(*) Fonte: Agência Moody's - 03/2014

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

**Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa geral	677	534
Bancos conta movimento	6.595	4.922
Numerário em trânsito (i)	1.892	2.237
Fundo de troco	387	419
Aplicações financeiras (ii)	124.563	48.648
	134.114	56.760

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 97,0% e 103,0% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

8 Aplicações financeiras

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
BTG Pactual	232.802	212.304
Caixa Economica Federal	12.911	66.465
	245.713	278.769

Referem-se a fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 101,9% e 102,7% do CDI.

A Companhia deverá utilizar os recursos referentes às aplicações financeiras exclusivamente para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, com base nas projeções divulgadas pela Companhia.

9 Contas a receber

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
CGMP	28.020	34.016
DBTRANS Ltda.	1.276	1.201
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	999	862
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar")	140	135
Outras contas a receber	279	233
	30.714	36.447

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (ii)	117.502	106.732
Amortização da outorga	1.619	1.619
Benefício fiscal (ágio) (i) e (ii)	171.490	176.389
Outras diferenças temporárias	1.855	1.566
	<u>292.466</u>	<u>286.306</u>
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	55.005	48.049
Margem de construção	4.172	3.926
Encargos financeiros	17.616	17.616
Outras diferenças temporárias	25.996	24.855
	<u>102.789</u>	<u>94.446</u>
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	292.466	286.305
Tributos diferidos passivos	(102.789)	(94.445)
	<u>189.677</u>	<u>191.860</u>

A variação líquida do primeiro trimestre de 2014 relativa aos impostos diferidos totalizou R\$(2.183).

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela ICPC 09, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável.

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	504.381	518.792
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(332.891)	(342.403)
Total do benefício fiscal	<u>171.490</u>	<u>176.389</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia optou por adotar os preceitos das instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de "Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

- (ii) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio a ser amortizado para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2014		14.699	14.699
2015	1.874	19.599	21.473
2016	10.908	19.599	30.507
2017	18.102	19.599	37.701
2018	25.218	19.599	44.817
2019	32.660	19.599	52.259
2020 em diante	28.740	58.796	87.536
	<u>117.502</u>	<u>171.490</u>	<u>288.992</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Imobilizado**(a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)			31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
		Custo	Depreciação acumulada		Líquido
Máquinas e equipamentos	20	1.782	(843)	939	849
Móveis e utensílios	10	315	(92)	223	181
Instalações	10	37		37	5
Veículos	20	1.099	(71)	1.028	762
Obras em andamento		512		512	
Outros		3	(3)		2
		<u>3.748</u>	<u>(1.009)</u>	<u>2.739</u>	<u>1.799</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Movimentação**

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do trimestre/exercício	1.799	807
(+) Adições	1.310	1.610
(-) Baixas por alienações	(228)	(281)
(-) Depreciação	(142)	(337)
Saldo no final do trimestre/exercício	<u>2.739</u>	<u>1.799</u>

12 Intangível**(a) Composição**

			31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
	Custo	Amortização Acumulada		Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	256.624	(16.945)	239.679	239.643
Pavimentações e conservação especial	377.248	(23.516)	353.732	345.932
Hardware equipamentos de pedágio	64.195	(7.358)	56.837	56.790
Demais melhorias e aplicações	265.691	(4.808)	260.883	211.630
Desapropriações	101.460	(1.460)	100.000	100.473
Máquinas e equipamentos	3.105	(526)	2.579	2.580
Móveis e utensílios	1.765	(222)	1.543	1.552
Veículos	1.502	(76)	1.426	2.024
Meio ambiente e elementos de segurança	28.863	(1.279)	27.584	25.913
Obras em andamento	122.393		122.393	114.227
	<u>1.222.846</u>	<u>(56.190)</u>	<u>1.166.656</u>	<u>1.100.764</u>
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(146.828)	1.190.410	1.197.617
Softwares adquiridos de terceiros (*)	693	(257)	436	420
	<u>1.337.931</u>	<u>(147.085)</u>	<u>1.190.846</u>	<u>1.198.037</u>
	<u>2.560.777</u>	<u>(203.275)</u>	<u>2.357.502</u>	<u>2.298.801</u>

(*) A taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) Outros intangíveis**

Direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

(b) Movimentação

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software (*)</u>	<u>Total</u>
Custo	1.152.121	1.337.238	643	2.490.002
Amortização acumulada	(51.357)	(139.621)	(223)	(191.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.100.764	1.197.617	420	2.298.801
Aquisições	72.247		50	72.297
Baixas, líquidas de amortização	(1.379)			(1.379)
Amortização	(4.976)	(7.207)	(34)	(12.217)
Saldo contábil	1.166.656	1.190.410	436	2.357.502
Custo	1.224.368	1.337.238	693	2.562.299
Baixas, líquidas de amortização	(1.379)			(1.379)
Amortização acumulada	(56.333)	(146.828)	(257)	(203.418)
Saldo em 31 de março de 2014	1.166.656	1.190.410	436	2.357.502

(*) Taxa utilizada para amortização de Software é de 20% a.a.

13 Empréstimos e Debêntures

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32%	332.825	341.986
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 9,60%	32.074	30.663
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 8,66%	33.941	32.517
Empréstimo Banco HSBC (b)	R\$	CDI - Over + 1,20%	70.348	
Debêntures (c)	R\$	IPCA + 9,57%	1.415.152	1.421.131
Custos a amortizar (d)	R\$		(39.582)	(40.695)
			1.844.758	1.785.602
(-) Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos			(129.078)	(55.873)
Debêntures			(83.322)	(97.132)
			(212.400)	(153.005)
Passivo não circulante			1.632.358	1.632.597
			(1.844.758)	(1.785.602)

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) BNDES**

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.

A composição das liberações da operação do empréstimo junto ao BNDES em 31 de março de 2014 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
ago/10	175.364	*	TJLP + 2,32%	137.063	141.612
dez/10	30.000	abr/23	TJLP + 2,32%	28.763	29.561
mar/11	34.103	abr/23	TJLP + 2,32%	32.697	33.603
out/11	13.963	mai/22	IPCA + 9,60%	20.262	19.370
out/11	3.616	abr/23	TJLP + 2,32%	3.467	3.563
out/11	3.371	abr/21	TJLP + 2,32%	2.520	2.610
out/11	632	abr/23	TJLP + 2,32%	606	623
nov/11	8.238	mai/22	IPCA + 9,60%	11.813	11.293
fev/12	20.959	abr/25	TJLP + 2,32%	21.270	21.278
fev/12	4.888	abr/21	TJLP + 2,32%	3.787	3.922
fev/12	24.099	abr/23	TJLP + 2,32%	23.105	23.746
mar/12	5.985	abr/23	TJLP + 2,32%	5.738	5.897
mar/12	8.544	abr/21	TJLP + 2,32%	6.681	6.919
nov/12	2.783	abr/21	TJLP + 2,32%	2.349	2.432
nov/12	15.406	abr/23	TJLP + 2,32%	14.771	15.181
nov/12	2.695	abr/25	TJLP + 2,32%	2.735	2.736
nov/12	3.274	jul/18	TJLP + 2,32%	2.508	2.653
dez/12	9.453	abr/25	TJLP + 2,32%	9.594	9.597
dez/12	28.094	mai/22	IPCA + 8,66%	33.941	32.517
dez/13	11.373	abr/21	TJLP + 2,32%	11.015	11.384
dez/13	21.959	abr/23	TJLP + 2,32%	21.430	21.981
dez/13	2.687	abr/25	TJLP + 2,32%	2.725	2.688
Total liberado	431.486			398.840	405.166

(*) O montante de R\$ 175.364 liberado em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril/23, R\$ 4.217 em abril/25 e o restante de R\$ 148.925 em abril/21.

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Banco HSBC

Em 14 de março de 2014, a Companhia contratou linha de crédito de curto prazo junto ao Banco HSBC no montante de R\$ 70.000 com uma taxa de correção monetária anual de CDI-Over 100% + 1,2% a.a. com a primeira amortização prevista para 14 de julho de 2014 no montante de R\$ 49.000 e a segunda amortização prevista para 14 de janeiro de 2015 no montante de R\$ 21.000.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(c) Debêntures**

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

No dia 16 de julho de 2012, a Companhia pagou aos debenturistas de ambas as séries um total de R\$ 13.190 referente ao prêmio de 1% do saldo devedor das debêntures em contrapartida à concordância com as alterações contratuais.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 31 de março de 2014 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
junho-10	1º série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57 %	691.027	728.329
junho-10	2º série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57 %	724.125	692.802
					1.415.152	1.421.131

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2013	0,50%	julho de 2013	1,00%
janeiro de 2014	0,50%	julho de 2014	1,00%
janeiro de 2015	3,00%	julho de 2015	2,00%
janeiro de 2016	4,00%	julho de 2016	4,00%
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

(i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado

(ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado

O vencimento da primeira parcela das debêntures da primeira série foi alterado, neste 3º aditivo, para 15 de janeiro de 2013. Nesta data houve liquidação de R\$ 2.750, referente a primeira parcela do principal, juntamente com juros e correção monetária incorrida sobre o saldo total no montante de R\$ 60.884.

Em 15 de julho de 2013 a Companhia liquidou R\$ 5.500 referente à primeira parcela do principal da segunda série das debêntures, juntamente com juros e correção monetária no montante de R\$ 63.162.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 15 de janeiro de 2014 a Companhia liquidou R\$ 2.750 referente à segunda parcela do principal da primeira série das debêntures, juntamente com juros e correção monetária no montante de R\$ 65.125.

(d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a de Retorno (“TIR”) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do trimestre/exercício	37.577	3.118	40.695	45.062
(-) Amortizações	(943)	(170)	(1.113)	(4.367)
Saldo no final do trimestre/exercício	<u>36.634</u>	<u>2.948</u>	<u>39.582</u>	<u>40.695</u>

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2015	3.001	424	3.425
2016	4.049	501	4.550
2017	4.095	423	4.518
2018	4.102	344	4.446
2019	4.177	264	4.441
2020	4.103	182	4.285
2021	3.754	106	3.860
2022	2.987	52	3.039
2023	1.950	15	1.965
2024 em diante	521	8	529
	<u>32.739</u>	<u>2.319</u>	<u>35.058</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(e) Prazo de vencimento**

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	44.048	71.889
2016	96.668	95.511
2017	96.700	95.545
2018	96.531	95.379
2019	85.932	84.999
2020	140.848	138.767
2021	186.519	183.219
2022	263.012	257.985
2023	281.606	275.858
2024 em diante	340.494	333.445
	<u>1.632.358</u>	<u>1.632.597</u>

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2014.

14 Saldos e transações com partes relacionadas**(a) Composição**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos do trimestre findo em 31 de março de 2014 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Receitas	Serviços prestados
Construtora Norberto Odebrecht (“CNO”)		28		114
Consórcio Corredor Dom Pedro I (i)				13.836
OTP (ii)		304.779		
ConectCar (iii)	140		428	
Em 31 de março de 2014	<u>140</u>	<u>304.807</u>	<u>428</u>	<u>13.950</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>135</u>	<u>292.741</u>	<u>500</u>	<u>218.558</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Consórcio Corredor Dom Pedro I

O Consórcio Corredor Dom Pedro I, formado pelas coligadas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. (“CNO Brasil”) e a CNO, detém todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

O valor da transação com o Consórcio Corredor Dom Pedro I refere-se ao investimento realizado pela Companhia, no trimestre findo em 31 de março de 2014, para manutenção e ampliação do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

(ii) OTP

Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de até R\$ 300.000 com sua controladora, sendo que nessa mesma data ocorreu o desembolso no valor de R\$ 110.000, atualizado pela variação acumulada do índice de inflação mais juros remuneratórios de 6,70% a.a.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia recebeu o saldo residual referente ao valor total do contrato de mútuo celebrado com sua controladora. A atualização dos valores liberados na segunda série utilizará os mesmos já aplicados à primeira série.

Este contrato está subordinado às debêntures e ao financiamento do BNDES, conforme 3º aditivo da escritura de debêntures aprovado pelos debenturistas em 10 de julho de 2012.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a primeira ocorrerá no segundo semestre de 2014 e a liquidação do valor total do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

(iii) ConectCar

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., é uma empresa do grupo OTP, opera com um sistema de pagamento eletrônico pré-pago; este sistema funciona através de um TAG instalado no veículo que serve para pagar pedágios e estacionamentos. Atualmente todas as praças de pedágio da Companhia estão equipadas com este sistema.

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, totalizaram os montantes de R\$ 696 e R\$ 633, respectivamente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresenta o montante de R\$ 401 (31 de dezembro de 2013 R\$ 401) relacionado às contingências trabalhistas e previdenciárias e R\$ 84 (31 de dezembro de 2013 R\$ 84) em reclamações cíveis.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 2.788 em 31 de março de 2014 (em 31 de dezembro de 2013 R\$ 3.665).

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela OTP e indiretamente pela Odebrecht S.A. ("ODB").

(b) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2013 a investidora OTP, representante de 100% do capital social da Companhia, formalizou à Administração da Companhia a sua intenção de aprovar a não distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****17 Receita**

	2014	2013
Receita de obra de infraestrutura (i)	72.247	22.105
Receita de operação		
Receitas em numerário	37.067	36.137
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	89.498	74.821
Receitas de vale pedágio (iii)	7.942	10.145
Outras receitas	987	1.149
	<u>135.494</u>	<u>122.252</u>
Receita total	<u>207.741</u>	<u>144.357</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(11.756)</u>	<u>(10.608)</u>
	<u>195.985</u>	<u>133.749</u>

(i) A Companhia reconheceu, nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 R\$ 72.247 e R\$ 22.105, respectivamente como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.

(iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

Reajuste da tarifa de pedágio

No dia 24 de junho de 2013, o governador do Estado de São Paulo anunciou o cancelamento do reajuste do valor das tarifas de pedágio previsto para ocorrer anualmente em 1º de julho, conforme contrato firmado entre o governo e a Companhia. Contudo, também foram anunciadas duas medidas: (i) em 22 de julho de 2013, foi editado pela Secretaria Estadual de Logística e Transportes, a Resolução nº 04, que deliberou a cobrança de pedágio sobre todos os eixos dos veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo, que passou a vigorar, conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, a partir de 28 de julho de 2013; (ii) em 27 de julho de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP autorizou o não recolhimento de 1,5%, dos 3% de outorga variável determinada em contrato, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013.

Em 14 de dezembro de 2013, esta determinação foi prorrogada por prazo indeterminado pelo Conselho Diretor da ARTESP, quanto ao não recolhimento de 1,5%, qual seja 50% da outorga variável.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18 Custos dos serviços**

Os custos dos serviços prestados referentes aos trimestres findos em 31 de março são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(7.207)	(5.328)
Depreciação, amortização do intangível	(5.152)	(3.196)
Provisão de conserva especial	(140)	(126)
Gerenciamento e manutenção e conservação da Rodovia	(5.048)	(4.401)
Salários	(5.450)	(3.583)
Outorga variável	(2.032)	(3.668)
Gastos gerais	(2.612)	(2.298)
Serviços de terceiros	(1.270)	(1.079)
Seguros	(1.080)	(1.128)
Atendimento pré hospitalar	(1.182)	(1.155)
Guincho	(1.175)	(1.040)
Materiais	(636)	(337)
	<u>(32.984)</u>	<u>(27.339)</u>
Custos de obra de infraestrutura	<u>(71.525)</u>	<u>(21.884)</u>
	<u>(104.509)</u>	<u>(49.223)</u>

19 Resultado financeiro, líquido

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(82.847)	(67.988)
IOF sobre empréstimos tomados	(775)	(307)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(363)	(490)
Outras	(1.409)	(56)
	<u>(85.394)</u>	<u>(68.841)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	<u>7.569</u>	<u>3.280</u>
	<u>(77.825)</u>	<u>(65.561)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro****Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes dos impostos	6.417	12.456
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	<u>(2.182)</u>	<u>(4.235)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões (adições) permanentes, líquidas	<u>(1)</u>	<u>14</u>
Efeito IR e CSLL no resultado	<u>(2.183)</u>	<u>(4.221)</u>
IR e CSLL diferidos	<u>(2.183)</u>	<u>(4.221)</u>
Total da despesa com IR e CSLL	<u><u>(2.183)</u></u>	<u><u>(4.221)</u></u>

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários	(3.410)	(3.264)
Serviços de terceiros	(1.458)	(1.209)
Gastos gerais	(968)	(1.177)
Outros	<u>(142)</u>	<u>(210)</u>
	<u><u>(5.978)</u></u>	<u><u>(5.860)</u></u>

22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração
às informações trimestrais de 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Seguro de Rodovia	Itaú	30/06/2014	182.500
Garantia de Concessões Públicas	AIG	30/06/2014	177.541
Garantia de Concessões Públicas	AIG	30/06/2014	110.522
Risco de Engenharia	Zurich	31/03/2015	93.527
Responsabilidade Civil	Itaú	30/06/2014	65.950
Responsabilidade Civil Diretores	Allianz	01/06/2014	40.000
Risco de Engenharia	Zurich	30/03/2016	38.802
Risco de Engenharia	Zurich	30/06/2014	21.740
Risco de Engenharia	Zurich	30/05/2014	7.300
Risco de Engenharia	Zurich	30/05/2015	6.295
Seguro de Veículo	Tokio	30/09/2014	(*)
Seguro de Veículo	Itaú	26/09/2014	(**)

(*) 110% da Tabela FIPE

(**) 100% da Tabela FIPE

23 Lucro por ação**(a) Básico**

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os trimestres findos em 31 de março.

	2014	2013
Lucro líquido do trimestre	4.234	8.235
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.800	556.800
Lucro básico por lote de mil ações	7,60	14,79

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMPARATIVO ORÇADO X REALIZADO	1º TRIMESTRE DE 2014 (1T14)			
	REALIZADO	PROJETADO	Δ R\$	Δ %
Highlights Financeiros (R\$ milhões)				
RECEITA LÍQUIDA	195.985	339.921	(143.936)	-42,3%
EBITDA	96.601	97.132	(531)	-0,5%
CAPEX	(49.926)	(212.291)	162.365	-76,5%
Dívida Total	1.844.758	2.009.839	(165.081)	-8,2%
Caixa e equivalentes / Aplicações Financeiras	379.827	361.987	17.840	4,9%
Dívida Líquida	1.464.931	1.647.852	(182.921)	-11,1%
Patrimônio Líquido	760.338	722.227	38.111	5,3%

Receita Líquida

Realizou abaixo do projetado no 1º trimestre de 2014, devido principalmente a redução na rubrica de receita de construção, reflexo da postergação de obras de infraestrutura para os próximos trimestres.

CAPEX

O realizado ficou abaixo do projetado por conta da alteração do cronograma de investimentos, devido à postergação de obras de infraestrutura para os próximos trimestres.

Dívida Total

Projetada a entrada de financiamento que não se realizou em decorrência das postergações de obras de infraestrutura.

Caixa e Equivalentes

Realizou acima do projetado, basicamente em decorrência da postergação de obras de infraestrutura, compensado em partes pelo não ingresso de financiamento.

Patrimônio Líquido

Realizou acima do projetado impactado pelo resultado da Companhia que teve um desempenho melhor do que o projetado em decorrência do menor impacto no resultado financeiro ocasionado, basicamente pela não entrada de financiamento previsto.

Os demais itens projetados não apresentaram variações significativas com os valores realizados no primeiro trimestre de 2014.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 13/11/2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária

do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 5 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub

Contador CRC 1SP187402/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014.

Itatiba, 05 de maio de 2014.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha

Diretor-Administrativo, Financeiro e de

Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014.

Itatiba, 05 de maio de 2014.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha

Diretor-Administrativo, Financeiro e de

Relação com Investidores